



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA 235

1
2
3
4 Aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e treze, às quatorze horas, realizou-se
5 reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, em
6 sua sede no Centro de Ação Social, sob a convocação do Presidente Sr. Luiz Cezar da
7 Silva. Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros titulares governamentais**: Sra.
8 Karym Rachel Mami Collesel, Sra. Nelsi Maristela Valigura e Tierrí Rafael Angeluci
9 (Secretaria Municipal de Assistência Social); Sra. Ana Cristina Duda (Fundação
10 Municipal Proamor); Sra. Vanduire Arcoverde Silva (Secretaria Municipal de
11 Administração e Assuntos Jurídicos). Os **conselheiros não governamentais titulares**:
12 Sr. Luiz Cezar da Silva (Presidente – Entidades de Proteção Social Básica); Sra. Érica
13 Francine Pilarski Clarindo (Vice-Presidente: Profissionais da Área da Assistência
14 Social); Sr. Osni Cirino da Cunha (Entidades de Proteção Social Especial de Alta
15 Complexidade); Sra. Marialva Ribas Kincheski (Entidades de Proteção Social Especial
16 de Média Complexidade); Sra. Cléa Maria Mathias Pereira (Usuários da Assistência
17 Social). Os **conselheiros governamentais suplentes no exercício da titularidade**: Sr.
18 Cesar Petrônio Mendes (Secretaria Municipal de Gestão Financeira). Os **conselheiros**
19 **não governamentais suplentes no exercício da titularidade**: Sr. Marcelo Safraid
20 (Entidades de Proteção Social Básica); Sr. Cleberson Leopoldino Antunes Palhano
21 (Usuários da Assistência Social). Os **Conselheiros governamentais suplentes**: Maria
22 Lúcia de Pádua Ferreira de Lima (Secretaria Municipal de Assistência Social). Os
23 **Conselheiros não governamentais suplentes**: Sra. Ronilda Aparecida de Souza
24 Santos (Entidades de Proteção Social Especial de Média Complexidade). **Registramos**
25 **as presenças**: Sra. Lucília do Rocio Lopes Andrade (Secretária Executiva); Sra.
26 Simone Abilhôa (Gerência de Proteção Social Especial); Sra. Ana Caetano Pinto
27 (Pastoral da Criança); Sra. Rosane Corrêa Gonçalves (Grupo de Apoio às Adoções
28 Necessárias); Sra. Márcia Maria Campos (Lar das Vovozinhas); Sr. Bruno Madalozo e
29 Sra. Micheli Vaz (Doutores Palhaços SOS Alegria); Acadêmicos da Universidade
30 Estadual de Ponta Grossa: Debora Ferreira, Juliana Ribeiro, Katy Santos, Ana Gilgen,
31 Daniely Martine, Anna Machinski, Aline Beak, Camila Barros, Ludrielle Alves, Melissa
32 Soltovski, Aruana Aleixo, Franciele da Silva, Giovana Santos. **Justificam-se as**
33 **ausências dos conselheiros**: Ana Teresa da Cruz, Fernanda de Almeida da Silva,
34 Isabela Martins Nadal e Leni Aparecida Viana da Rocha. A reunião tem a **seguinte**
35 **pauta**: 1- Apreciação e aprovação da pauta. 2- Aprovação das atas nº 233 e 234. 3-
36 Informes Gerais. 4- Constituição da Comissão Organizadora da Eleição de
37 Conselheiros. 5 - Apreciação do parecer da Comissão de Documentação e Cadastro de

38 Entidades de Assistência Social. 5.1- Solicitação de inscrição: Conselho da Comunidade
39 da Comarca de Ponta Grossa, Associação Missionária de Beneficência – Colégio
40 Sant’Anna, Grupo de Apoio às Adoções Necessárias – GAAN, Organização Doutores
41 Palhaços SOS Alegria e Hospital Bom Jesus. 6 – Apreciação do Parecer da Comissão
42 de Monitoramento e Avaliação de Projetos sobre: Projeto das Entidades Aldeia da
43 Criança e Renascer, Convênio da APAE e Plano de Ação das Gerências Básica e
44 Especial. 7- Apreciação do parecer da Comissão de Acompanhamento do Fundo
45 Municipal de Assistência Social. **Abertura:** Com o *quórum* estabelecido às quatorze
46 horas e quinze minutos, o presidente Sr. Luiz Cezar inicia a reunião cumprimentando e
47 agradecendo a presença de todos e segue com o primeiro item da pauta – Apreciação e
48 aprovação da pauta. **Aprovado.** Item dois (2)- Aprovação das atas nº 233 e 234.
49 **Aprovado.** No item três (3)- **Informes Gerais:** A Secretária Executiva, Lucília Andrade,
50 apresenta os seguintes ofícios expedidos: Para a Fundação Proamor e Gerências
51 Básica e Especial referente empréstimo e agradecimento dos equipamentos de
52 multimídia para utilização na Conferência; Para Gerência Administrativa informando o
53 horário das funcionárias do Conselho no dia da Conferência; cinco ofícios de
54 agradecimento pela colaboração na Conferência: Músico Silvio Prandel, APAE,
55 Fundação Proamor, Gerência Técnica e Selo Social; Para os órgãos: Escritório Regional
56 da SEDS, Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Secretaria de Assistência Social
57 encaminhando as recomendações, deliberações e moções provenientes da
58 Conferência; Para Gerência Especial comunicando a aprovação da Expansão
59 Qualificada dos Serviços Socioassistenciais com ressalva em relação à equipe. Cita a
60 seguinte Resolução: **RESOLUÇÃO 30/2013** que aprova o Termo de Aceite para
61 Expansão Qualificada dos Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Especial.
62 Acusa o recebimento do ofício da Secretária de Assistência Social comunicando que, a
63 partir do dia vinte de agosto, o Programa BPC na Escola estará sob a Coordenação da
64 Fundação Proamor/ Departamento do Deficiente, bem como a gestão de recurso federal
65 enviado para este fim. Apresenta o informe do Fundo Nacional de Assistência Social
66 comunicando a prorrogação do prazo de preenchimento do demonstrativo físico
67 financeiro 2012 para trinta de setembro para preenchimento por parte do órgão gestor e
68 trinta e um de outubro para apreciação dos Conselhos. Repassa o convite do Conselho
69 Comunitário de Segurança de Ponta Grossa para o coquetel de posse de sua nova
70 diretoria no dia vinte e sete de agosto às dezenove horas na sede da ACIPG. Convite do
71 Prefeito e da Secretária de Educação para a solenidade de abertura oficial das
72 comemorações da semana da Pátria no dia dois de setembro às quatorze horas no
73 espaço municipal David Federman. O presidente Sr. Luiz Cezar fala que, embora já
74 tenha sido aprovada a pauta, gostaria de incluir a avaliação da Conferência nos

75 informes gerais. Faz uma observação sobre o ofício recebido da Secretária, com relação
76 ao Programa BPC na Escola, mencionando que é interessante ser tratado na Comissão
77 para conhecimento dos recursos e da operacionalização. A Secretária Beatriz informa
78 que o Programa sempre foi executado pela Fundação. Os conselheiros concordam que
79 seja incluído para análise da Comissão. O presidente Sr. Luiz Cezar passa para a
80 avaliação da Conferência. A conselheira Marialva diz que foi bem interessante
81 mencionado que o atraso atrapalhou bastante. A conselheira Érica confirma que o
82 atraso inicial fez com que houvesse atraso também no final. Informa que a Comissão se
83 reuniu após a Conferência realizando a sistematização dos documentos que foram
84 encaminhados para a Secretária de Assistência Social, para o Escritório Regional da
85 Secretaria de Estado da Família, para o Gabinete do Prefeito e para o Presidente da
86 Câmara Municipal. Diz que foram elencados vários pontos positivos citando o grande
87 número de participantes no final da Conferência; o discurso da Secretária e a palestra
88 do Leonardo Prudente. A conselheira Ronilda faz uma observação com relação a
89 entrevista concedida pelos diretores da Proamor (para mídia televisiva) mencionando
90 que ficou uma situação complicada pelo fato do diretor administrativo ter dito que os
91 Conselhos atrapalham a administração. Considera que a entrevista caracterizou como
92 ponto negativo no resultado da Conferência e menciona que a conselheira Ana Duda
93 participou da entrevista. A conselheira Ana Duda diz que participou da entrevista
94 juntamente com os outros dois diretores, mas não compartilhou dessa fala. Diz que não
95 pode responder por ele, mas acredita que talvez ele tenha se referido à burocracia que
96 é mais morosa para as Entidades. Considera que havendo dúvida com a fala deve-se
97 conversar com esse diretor. Esclarece que a entrevista antecedeu a Conferência,
98 porém, as conselheiras Erica e Ronilda dizem que foi exibida depois. A conselheira Ana
99 Duda acredita que ele não quis dizer que o Conselho atrapalhe as decisões, talvez a
100 forma que ele tenha colocado levou a essa interpretação. Menciona que foi uma fala do
101 Guilherme (entrevistador) sobre a importância dos Conselhos e à dificuldade de
102 participação dos conselheiros nas reuniões para efetivação dos assuntos deliberados
103 nos Conselhos. Diz que, num primeiro momento, foi comentado sobre o Conselho do
104 Deficiente, que o Conselho estava com dificuldade de efetivação. A conselheira e
105 secretária Beatriz diz que ele se referiu ao Conselho do Deficiente, porém não ficou
106 claro, expondo que existe problema nesse Conselho. A conselheira Ronilda fala que
107 pode se caracterizar como Conselho de Assistência por se referir a transferência de
108 Fundo a Fundo. A conselheira Érica diz que ficou complicado considerando que ele é
109 um conselheiro e informa que dá para localizar na internet o *link* do programa para
110 assistirem. Diz que o Guilherme mencionou que os conselheiros não participam das
111 reuniões sem especificar a que Conselho pertencem. O presidente Sr. Luiz Cezar fala

112 que há que se ter cuidado nas entrevistas observando que as pessoas alheias não
113 sentem, mas que os conselheiros sentiram. Diz que a transferência de Fundo a Fundo
114 tratada na Conferência será analisada na Comissão do Fundo. Cita que a renovação
115 dos convênios do SUAS continua pendente causando prejuízo para as Entidades que
116 dependem do recurso. A conselheira Beatriz expõe que esteve presente na Conferência
117 Regional e sentiu que os participantes estavam introspectivos, diferentemente da
118 Conferência Municipal onde as pessoas estavam participativas demonstrando busca por
119 mudanças. Expressa que ficou muito feliz com a equipe e com os profissionais
120 presentes e parabeniza os integrantes da Comissão Organizadora pelo êxito da
121 Conferência reforçando que os participantes estavam realmente envolvidos. O
122 presidente Sr. Luiz Cezar parabeniza a secretária pela fala durante a abertura da
123 Conferência enfatizando que repercutiu de forma positiva. A conselheira Beatriz diz que
124 teve retorno positivo com a fala mencionando que foi bom ter contribuído para que os
125 envolvidos repensassem a partir de sua fala. A conselheira Ana Duda elogia a palestra
126 do Leonardo Prudente mensurando-a como uma das melhores que já ouviu e
127 diferentemente das que acontecem nas Conferências e Capacitações. A conselheira
128 Maristela externa sua tristeza por não ter podido comparecer expondo que ouviu elogios
129 sobre a palestra. A conselheira Beatriz fala sobre o *feedback* do Prefeito com relação ao
130 posicionamento dos participantes da Conferência através de moção. Acredita que foi
131 produtivo pela mobilização do prefeito diante da moção. Pontua que o impacto possa ter
132 gerado choque e irritabilidade, mas que depois se compreende a importância dessa
133 ação. O presidente Sr. Luiz Cezar lembra que esta Conferência foi uma avaliação das
134 Conferências que ocorreram desde 2005. Faz uma observação sobre a Conferência
135 Regional justificando que, de última hora, surgiu um imprevisto impedindo-o de
136 comparecer e designando o conselheiro Marcelo para representá-lo. Porém, não o
137 aceitaram como representante do Conselho. A conselheira Beatriz externa sua angústia
138 por ter visualizado poucas pessoas da nossa Secretaria na Conferência Regional e a
139 conselheira Érica lembra que foram eleitos dezesseis delegados. O presidente Sr. Luiz
140 Cezar dá sequência com o item quatro da pauta - **Constituição da Comissão**
141 **Organizadora da Eleição de Conselheiros** - evidenciando que é o novo passo a ser
142 dado. Recorda a proposta de desvincular a eleição da Conferência no intuito de dar um
143 fôlego para os conselheiros. Observa que a Comissão a ser constituída deverá ser
144 paritária apontando que lhe caberá duas finalidades: a alteração da Lei e a eleição dos
145 conselheiros da sociedade civil. O conselheiro Marcelo sugere que a Comissão para a
146 Eleição dos Conselheiros da sociedade civil deve ser formada por conselheiros não
147 governamentais. A conselheira Érica propõe que se constitua uma Comissão para a
148 alteração da Lei com posterior retorno para verificar se a mesma Comissão continua

149 para a organização do processo eleitoral. Acatada a proposta, é formada a Comissão
150 para alteração da Lei de criação do CMAS com a seguinte composição: cinco
151 conselheiros não governamentais (Luiz Cezar, Érica, Marcelo, Cleber e Ronilda) e cinco
152 conselheiros governamentais (Ana Duda, Cesar, Karym, Tierri e Vanduire). O presidente
153 Sr. Luiz Cezar indaga a aprovação da plenária. **Aprovado.** Segue-se com o item cinco -
154 **Apreciação do parecer da Comissão de Documentação e Cadastro de Entidades**
155 **de Assistência Social:** A conselheira Marialva relata que a Comissão se reuniu em
156 dois momentos, dia doze e dia dezenove, citando as presenças: Sr. Luiz Cezar, Érica,
157 Cléa, Marialva, Ronilda e Lucília. Informa que a Comissão analisou as seguintes
158 solicitações de inscrição: **Conselho da Comunidade:** necessidade de convocar
159 representante para esclarecimentos; **Colégio Sant'Ana:** indeferido por não estar de
160 acordo com a tipificação e vinculada estritamente à educação; **Grupo de Apoio às**
161 **Adoções Necessárias – GAAN:** deverá participar de reunião para aclarar pontos
162 dúbios; **Hospital Bom Jesus:** indeferida a solicitação por entender que se trata de
163 Entidade executora na área de saúde; **Organização Doutores Palhaços SOS Alegria:**
164 indeferida por se tratar de Entidade voltada estritamente para a saúde com orientação
165 para procurar o Conselho de Saúde. O presidente Sr. Luiz Cezar esclarece que a
166 renovação de inscrição de todas as Entidades será apresentada após a conclusão da
167 análise pela Comissão justificando a demora pelo volume expressivo de documentos. O
168 Sr. Bruno Madalozo, representante da Entidade Doutores Palhaços SOS Alegria, pede
169 permissão para falar informando que a Entidade executa um trabalho de fortalecimento
170 de vínculos com as famílias e o enfermo e conta com um Clube de Mães. Comunica que
171 primeiramente buscaram a Secretaria de Saúde, porém receberam orientação para
172 recorrerem à Secretaria de Assistência. Gostariam, dentro da possibilidade do
173 Conselho, de uma reavaliação justificando o trabalho de fortalecimento de vínculos do
174 enfermo com a família em casos oncológicos. Diz que o Clube de Mães existe para
175 oportunizar que as mães dos enfermos entrem em contato com outras mães para troca
176 de informações relativas à enfermidade de seus filhos. O presidente Sr. Luiz Cezar fala
177 que a solicitação será reavaliada. A conselheira Ana Duda diz que não faz parte dessa
178 Comissão, mas, como conselheira gostaria de fazer algumas perguntas. Pergunta se a
179 Entidade conta com equipe efetiva ou com voluntários sendo respondido que a
180 organização está numa nova fase mudando para uma sede maior que realizará o
181 atendimento ao público. Informa que toda equipe é voluntária, diretoria, Clube de Mães
182 e os que visitam os hospitais. A conselheira Ana Duda indaga se há assistente social no
183 quadro de pessoal, se os trabalhos desenvolvidos são contínuos e como é o
184 fortalecimento de vínculos. O Sr. Bruno responde que a assistente social é a conselheira
185 Erika Schemiguel, que o trabalho é regular de segunda a sexta feira e que a Entidade

186 busca propiciar um contato maior entre o paciente e a família e entre as famílias que
187 sofrem do mesmo problema. A conselheira Ana Duda fala da disponibilização da
188 legislação que normatiza a Assistência Social: a Política de Assistência social, a Lei
189 Orgânica de Assistência Social, a Norma Operacional Básica – Recursos Humanos e a
190 Tipificação Nacional para que a Entidade possa entender como foi a análise deste
191 processo que culminou na negativa da inscrição. A conselheira Ronilda fala que faz
192 parte da Comissão que analisou a solicitação da Entidade e considera que seria
193 interessante que eles participassem de uma reunião para esclarecer sobre o trabalho. A
194 conselheira Ana Duda indaga se o trabalho é parecido com o da Associação Mãozinhas
195 de Anjo/ AMA e a Sra. Micheli Vaz, também representante da Entidade Doutores
196 Palhaços SOS Alegria, responde que não esclarecendo que o foco da AMA é o abuso
197 sexual. O presidente Sr. Luiz Cezar fala que é um trabalho relevante e que agendará
198 reunião entre a Entidade e a Comissão. A representante do GAAN, Sra. Rosane Corrêa
199 Gonçalves, pergunta sobre a posição com relação à sua Entidade dizendo se tratar de
200 renovação de inscrição e o presidente Sr. Luiz Cezar informa que a Entidade receberá
201 ofício convocando para reunião. O presidente Sr. Luiz Cezar indaga a aprovação da
202 plenária sobre a **realização de reunião com as Entidades**: SOS Alegria, GAAN e
203 Conselho da Comunidade para esclarecimentos. **Aprovado**. Sobre o parecer de
204 **indeferimento das solicitações de inscrição** do Colégio Sant’ Ana e Hospital Bom
205 Jesus. **Aprovado**. Segue-se com o item seis – **Apreciação do Parecer da Comissão**
206 **de Monitoramento e Avaliação de Projetos**. A conselheira Ana Duda relata que a
207 Comissão se reuniu dia vinte e seis de agosto com as presenças do Sr. Luiz Cezar,
208 Érica, Marcelo, Tierri, Ana Duda, Ariane e Lucília. Menciona que o primeiro projeto
209 analisado e aprovado foi a **reforma para a Aldeia David Federman**, porém será
210 necessária alteração na dotação orçamentária de subvenção para auxílio e a solicitação
211 da planta para a Entidade. Sugeriu-se encaminhamento de documento para os
212 vereadores com orientação para emendas na modalidade auxílio anexando relação das
213 Entidades inscritas neste Conselho. Tratou-se da **solicitação da Entidade APADEVI** de
214 liberação no valor de dez mil reais (10.000,00) para auxílio através de emenda. A
215 Comissão sugere alteração na dotação orçamentária para modalidade auxílio e
216 solicitação de projeto para a Entidade. A conselheira Ronilda justifica a ausência do
217 projeto devido ao desconhecimento com relação à modalidade do recurso. Explica que a
218 necessidade é para auxílio e se compromete em providenciar o projeto solicitado. A
219 conselheira Ana Duda propõe o envio de dados do diagnóstico (elaborado pela Divisão
220 de Monitoramento) para os vereadores e a viabilidade de reunião na Câmara para
221 abordar sobre a Assistência Social mostrando o que é prioridade dentro do município
222 com vistas a nortear a elaboração de emendas. O presidente Sr. Luiz Cezar entende

223 que o ofício ficaria muito vago sendo interessante marcar uma reunião com os
224 vereadores para esclarecimentos sobre o encaminhamento das emendas. O conselheiro
225 Marcelo diz que o ofício é indispensável e a conselheira Érica concorda que se deve
226 enviar ofício para todos os vereadores com as orientações e solicitar ao presidente da
227 Câmara o agendamento de reunião. O presidente Sr. Luiz Cezar expõe para aprovação
228 da plenária o envio de ofícios aos vereadores e a solicitação de reunião. **Aprovado.** A
229 relatora Ana Duda segue apresentando a **solicitação da Entidade Renovação**
230 **Carismática Católica – RCC** que também recebeu valor de emenda de dez mil reais
231 (10.000,00), porém não cabe deliberação devido à Entidade não ter inscrição neste
232 conselho. Outro item analisado é o **ofício da Copiosa Redenção** também de emenda.
233 Comunica que essa emenda consta no Fundo da Assistência, mas, trata-se de recurso
234 do Fundo da Saúde. A solicitação é para autorizar a transferência do recurso ao Fundo
235 de Saúde sendo aprovado pela Comissão. Apresenta o **ofício da APAE solicitando**
236 **aprovação do pagamento de uma psicóloga** com recurso da Fundação Proamor.
237 Informa que o pagamento está contemplado no Plano de Aplicação, mas que a Entidade
238 optou pela aprovação formal para posterior contratação. A solicitação foi aprovada pela
239 Comissão. A relatora Ana Duda prossegue comunicando que o **Instituto João XXIII**
240 **atenderá sessenta crianças em contra turno social e a Aldeia da Criança atenderá**
241 **cinquenta.** A Comissão aprovou ambas as Entidades com ressalva de que o serviço
242 deverá ser prestado conforme a Norma Operacional Básica – NOB/ RH e a Tipificação.
243 O presidente Sr. Luiz informa que as Entidades citadas estão dentro do plano de contra
244 turno social que contemplam quinhentas vagas. Comunica que a Comissão fez visita na
245 Aldeia identificando que não contam com equipe para o serviço carecendo de
246 contratação. Fala que esse projeto foi imposto vindo a ferir a Política por isso as
247 ressalvas. A conselheira Érica observa que algumas Entidades não têm o discernimento
248 da diferença entre contra turno escolar e contra turno social justificando que durante as
249 visitas, ouviram Entidade dizer que compraram carteiras e que já tem professores. O
250 conselheiro Tierri diz que pode se ter o espaço para o reforço escolar, porém não de
251 forma total. O presidente Sr. Luiz Cezar lembra que são quinhentas novas vagas, porém
252 viu-se que as Entidades pretendem inserir as crianças que já são atendidas. A
253 conselheira Beatriz acredita que, em reunião junto ao Conselho da Criança, essa
254 orientação tenha sido repassada. A conselheira Érica exemplifica citando que uma
255 Entidade apresentou o ofício endereçado ao Conselho da Criança/ CMDCA de que já
256 atendiam as crianças a serem incluídas nessa ampliação. O presidente Sr. Luiz Cezar
257 diz que não está culpando as Entidades esclarecendo que fazem um trabalho
258 maravilhoso, mas, há que se ter cuidado entendendo que o poder fiscalizatório está
259 sendo deixado de lado pela indisponibilidade de tempo. Relembra que no ano seguinte,

260 serão um mil e quinhentas vagas e que dependerá do Conselho trabalhar em conjunto
261 com a Secretaria e com o CMDCA. A conselheira Érica evidencia que o serviço deve ser
262 ofertado com qualidade não querendo dizer que as Entidades não ofereçam trabalho
263 com qualidade, mas que, uma meta a mais sobrecarrega o serviço da Entidade
264 demandando mais funcionários. O presidente Sr. Luiz Cezar fala que deveriam reunir
265 todas as Entidades que estavam no Gabinete do prefeito com a juíza para orientações
266 acerca do serviço. Expressa ainda a dificuldade da execução do serviço em vista do
267 valor ínfimo do per capita. A relatora Ana Duda segue apresentando a **solicitação do**
268 **Gabinete do Prefeito para encaminhar parecer quanto ao cumprimento do objeto**
269 **relativo ao repasse de equipamentos para a APAE** proveniente de emenda do
270 deputado federal Setim no valor de cento e oito mil e setecentos reais (108.700,00). Diz
271 que os equipamentos foram disponibilizados para o laboratório de informática sendo a
272 sugestão da Comissão a verificação *in loco* e solicitação para Gerência Técnica de
273 documentação comprobatória do repasse. Passando ao item seguinte: **Aprovação do**
274 **Plano de Ação para calamidades públicas** com recurso estadual de quarenta e oito
275 mil reais (48.000,00). Comunica que a Comissão aprova com a ressalva de que a
276 defesa civil emita parecer antecedendo o repasse de materiais de construção para as
277 famílias. O presidente Sr. Luiz Cezar esclarece que a preocupação é com a segurança
278 da família residente em área de risco e, o parecer da defesa civil orientará se há
279 possibilidade de reformar a moradia no mesmo local. A conselheira Karym diz que a
280 Gerência Especial teve essa mesma preocupação informando a constatação de noventa
281 e nove por cento (99%) das famílias em área de risco e que atuarão em parceria com a
282 defesa civil. A conselheira Érica observa que esse valor destina-se para vinte famílias
283 que foram atingidas pelas chuvas de junho e julho. A conselheira Karym acrescenta que
284 essas famílias estão na fila da Prolar e que, se conseguirem as casas dará para utilizar
285 essa verba para equipá-las. O conselheiro Tierri diz que o Estado repassa a verba
286 dizendo ser para reforma sem questionar se a área é de risco e/ou irregular. O
287 presidente Sr. Luiz Cezar fala que a Comissão cogitou a possibilidade de locação em
288 lugar seguro sendo dito pela conselheira Beatriz que será difícil manter haja vista o
289 repasse em parcela única. A conselheira Ana Duda diz que, desde esse período que
290 ocorreram as chuvas até o momento, a PROLAR não tem nenhuma casa pronta para
291 entrega e a previsão é para outubro. A visitante, Sra. Simone fala que as famílias se
292 recusam a deixar as moradias temendo perder o que restou. O presidente Sr. Luiz
293 Cezar diz que a Comissão retomará o encaminhamento trazendo posteriormente para
294 reavaliação. A relatora Ana Duda prossegue com o **projeto do Grupo Renascer**
295 **solicitando renovação do convênio**. Fala que o encaminhamento foi para aditivar o
296 convênio até dezembro e posteriormente abrir edital. O presidente Sr. Luiz Cezar

297 explica que o Conselho estuda (para 2014) a proposta de repasse através de edital por
298 isso a sugestão de aditivo para esse convênio. A relatora Ana Duda passa ao **Plano de**
299 **Ação das Gerências Básicas e Especial** referente ao período de agosto a dezembro.
300 Informa que foi aprovado o Plano da Gerência Especial e que a Gerência Básica
301 precisará atualizar valores. A conselheira Érica fala que os Planos foram analisados
302 também na Comissão do Fundo com a devolução de ambos. O presidente Sr. Luiz
303 Cezar indaga a anuência da plenária com os encaminhamentos apresentados pela
304 Comissão. **Aprovado.** Dá-se sequência com o item sete - **Apreciação do parecer da**
305 **Comissão de Acompanhamento do Fundo Municipal de Assistência Social.** O
306 relator Tierri informa que a Comissão se reuniu dia vinte e seis de agosto analisando os
307 repasses dos recursos financeiros dos meses de junho e julho. Relata que no mês de
308 junho houve pouca movimentação financeira nas receitas devido ao atraso de algumas
309 parcelas que vieram em dobro no mês de julho. Informa que, segundo a diretora do
310 Fundo, a Prefeitura creditou dinheiro no Fundo para acerto contábil. Aponta como
311 principal questionamento (no mês de junho) o bloqueio do recurso na fonte 868 de Alta
312 Complexidade II mencionando que é para pagamento das Entidades (Casa da Acolhida)
313 e que está sendo pago com a reprogramação. Fala que a Comissão propõe uma
314 intervenção junto ao Ministério Público para tentativa de sanar essa problemática. A
315 conselheira Érica lembra que o bloqueio deu-se pela não implantação da Residência
316 Inclusiva pendente de contratação de equipe por parte do gestor. A conselheira Ana
317 Duda lembra que o Conselho havia reprogramado um valor com essa finalidade e
318 indaga se já esgotou. A conselheira Érica responde que resta uma parcela de sessenta
319 e oito mil reais (68.000,00) e que, após essa parcela, a Casa da Acolhida corre o risco
320 de ficar sem recurso. O presidente Sr. Luiz Cezar fala que pretendem solicitar ao
321 sindicato um levantamento do limite prudencial e anexar com a solicitação de
322 providência junto ao Ministério Público para que o gestor cumpra com a contratação de
323 equipe e conseqüente desbloqueio da verba. A conselheira Beatriz pede que o
324 Conselho aguarde retorno da controladoria para encaminhar ofício ao Ministério Público
325 justificando que semanalmente está buscando solução. O pedido é aceito pelos
326 conselheiros. A conselheira Karym fala que uma das discussões bem fortes na
327 Conferência Regional (no grupo que ela estava) é que todos os municípios estão no
328 limite prudencial. E que, uma das deliberações foi para desvincular – do limite
329 prudencial do município – o pagamento com recurso federal dos funcionários
330 contratados para os CRAS. A conselheira Érica comunica que está para entrar em pauta
331 na Câmara a desvinculação da Assistência, Saúde e Educação da Lei de
332 Responsabilidade Fiscal por causa do limite prudencial dizendo se tratar de uma lei de
333 2007. A conselheira Ana Duda menciona que o deputado Sandro Alex entrou com uma

334 Lei Federal para desvincular a Saúde e Educação ficando vinculada ao município, com
335 valor maior, somente a Assistência. O relator Tierri prossegue dizendo que houve
336 avanço considerável em relação à fonte 827 referente ao percentual de sessenta por
337 cento (60%) do recurso para pagamento de pessoal. Informa que hoje a prefeitura
338 contribui com vinte e sete mil reais (27.000,00) e que o ideal, segundo a diretora do
339 Fundo, seria trinta e cinco mil reais (35.000,00). Menciona que devido aos valores que
340 restam nas contas, a Comissão sugere um estudo pelo órgão gestor para transformar a
341 Secretaria em Fundação visando facilitar as diversas aquisições e a contratação de
342 pessoal. Pensou-se nessa hipótese entendendo que sendo Fundação torna-se mais
343 fácil a administração de gastos exemplificando que em Curitiba existe a Fundação de
344 Assistência Social. O presidente Sr. Luiz Cezar explica que o motivo dessa discussão se
345 deu em virtude da observação dos relatórios onde constavam dois milhões e cinquenta
346 e quatro mil reais em janeiro e hoje constam dois milhões e trezentos e dez mil reais.
347 Diz que houve acréscimo de trezentos e dez mil no período sem utilização dos valores e
348 logo virá a reprogramação que passa de um ano a outro caracterizando uma bola de
349 neve. Vê-se que há dinheiro, mas muita burocracia resultando no final do exercício com
350 dinheiro em caixa em detrimento das ações dentro da política. Fala que já existe uma
351 Fundação dentro da Secretaria com custo de dois milhões e oitocentos mil. A
352 conselheira Beatriz mostra preocupação com a morosidade dos convênios das
353 Entidades e diz ser válido pensar em Fundação com intuito de fluência. O conselheiro
354 Marcelo diz que se deve desburocratizar a estrutura existente com estabelecimento de
355 prazos e cobrança de cumprimento. A conselheira Érica cita o exemplo com os
356 convênios do SUAS cujo processo iniciou no mês de fevereiro e até o momento não foi
357 concluído. Fala que os convênios encerraram em julho, as Entidades estão desprovidas
358 do recurso nesses dois meses e o dinheiro está sendo creditado normalmente pelo
359 governo federal na conta do município. O presidente Sr. Luiz Cezar menciona a
360 existência de um Departamento de Convênios dentro da prefeitura e o conselheiro
361 Marcelo se reporta ao convênio do Serviço de Obras Sociais/ SOS que foi formalizado
362 rapidamente enquanto os convênios das Entidades continuam enroscados. A
363 conselheira Érica acredita que o processo do SOS começou a tramitar depois do SUAS
364 e questiona o que se pode fazer para colaborar com a finalização do processo. Pensa
365 que talvez o Conselho possa conversar com o secretário de finanças ou diretamente
366 com o prefeito mostrando a necessidade das Entidades. O presidente Sr. Luiz Cezar diz
367 que para o Conselho não interessa apontar erro, mas sim encontrar uma solução para o
368 problema porque as Entidades cobrarão da secretária e do prefeito. O conselheiro
369 Marcelo propõe reunir os processos avaliando o trâmite com identificação do atraso e
370 posterior correção. Diz que se deve ir ao setor onde o processo está parado. A

371 conselheira Ana Duda pergunta onde está parado o processo do SUAS e a conselheira
372 Érica responde que a última informação constava pendência de parecer contábil e de
373 aprovação. O conselheiro Marcelo fala que na Entidade onde atua há uma pessoa para
374 acompanhar os processos e que seria importante se todas as Entidades também
375 tivessem. A conselheira Ana Duda sugere uma mobilização com os conselheiros junto
376 ao departamento responsável (DECOM) e/ou Gabinete do prefeito sendo observado
377 pela conselheira Érica a necessidade de levantamento dos processos. O relator Tierri
378 segue dizendo que no mês de julho visualizaram os mesmos problemas citados no mês
379 anterior constatando que há grande injeção de recursos sem investimento. Fala que o
380 problema está na morosidade para utilização do recurso. A conselheira Érica diz que
381 persiste a dúvida com relação ao superávit cujo valor é sempre abaixo do saldo em
382 conta expondo que a diretora do Fundo e o conselheiro Tierri verificarão essa diferença.
383 A conselheira Ana Duda fala que o valor a ser reprogramado refere-se ao excedente no
384 exercício e o saldo em conta é o acumulado dos anos anteriores. A conselheira Érica
385 questiona a permanência do dinheiro na conta sem utilização. O conselheiro Tierri
386 sugere envio de ofício para o Tribunal de Contas solicitando parecer oficial com relação
387 à reprogramação. A conselheira Ana Duda fala que é regra geral a não utilização de
388 saldo de aplicação como valor normal podendo ser reprogramado somente no final do
389 convênio. O conselheiro Osni diz que, no convênio com a Proamor, o rendimento não
390 pode ser gasto precisando ser devolvido ao Município para zerar a conta. A conselheira
391 Érica fala que, durante o período em que está no Conselho, nunca presenciou
392 devolução ao Tesouro da União. A conselheira Beatriz pede licença para se retirar
393 comunicando que amanhã estará em reunião com o Prefeito e reforçará a questão dos
394 convênios do SUAS. Pede para aguardar o envio de ofício ao Ministério Público porque
395 discutirá o assunto com o prefeito. O presidente Sr. Luiz Cezar consulta a Plenária
396 sobre aguardar o resultado da reunião entre a secretária e o Prefeito. **Aprovado.** O
397 presidente expõe que após o retorno da secretária marcará reunião extraordinária, se
398 for necessário. A conselheira Érica fala que é preocupante o fato de que este mês será
399 a última parcela da Casa da Acolhida e não haverá tempo para aguardar a próxima
400 plenária. O presidente Sr. Luiz Cezar retoma a indagação de manter a proposta de
401 envio de ofício solicitando informações ao sindicato sobre limite prudencial. **Aprovado.**
402 A conselheira Vanduire fala que se deveria pensar numa capacitação para os
403 conselheiros dizendo se sentir insegura com pouco conhecimento para aprovar
404 assuntos sérios ficando reféns das informações repassadas pelo gestor. Entende que é
405 obrigação do conselheiro despender tempo para se preparar considerando que
406 conhecimento é poder. Acrescenta dizendo que se não estiverem preparados não
407 poderão cobrar nada de ninguém e conclui deixando como proposta para o Conselho a

408 responsabilidade pela capacitação. O conselheiro Tierri fala que a Gerência Técnica
409 realizará capacitação permanente tanto para conselheiros como para CRAS e CREAS e
410 que está em fase de elaboração documental com recurso do Índice de Gestão
411 Descentralizada (IGD/SUAS). A conselheira Érica retoma a sugestão do conselheiro
412 Marcelo pedindo que a conselheira Karym verifique os processos parados na Gerência
413 Especial e que a secretária Lucília estenda a solicitação para a Gerência Básica e
414 providencie o levantamento dos processos constantes no Conselho. O presidente Sr.
415 Luiz Cezar menciona que formalizará a solicitação. A conselheira Ana Duda pergunta ao
416 conselheiro Cesar sobre a lei limitadora de tempo para o trâmite dos processos sendo
417 respondido que há lei Federal que rege processo administrativo cabendo ao município
418 criar organograma para o trâmite, sendo pensado pela atual gestão. **Encerramento:**
419 Finalizada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Presidente Sr. Luiz Cezar da Silva
420 agradece a presença dos conselheiros e demais convidados encerrando a reunião às
421 dezesseis horas e vinte e cinco minutos. A presente ata foi gravada, transcrita pela
422 assistente de administração, Sra. Patrícia Mitui, redigida por mim, Lucília do Rocio
423 Lopes Andrade, secretária executiva e, após aprovada segue assinada por mim, pelo
424 Presidente e demais conselheiros presentes.

425